

## **FRONTIN, Paulo de**

\* sen. DF 1917-1918; pref. DF 1919; dep. fed. DF 1919-1920; sen. DF 1921-1930.

*André Gustavo Paulo de Frontin* nasceu na Raiz da Serra de Petrópolis, na província do Rio de Janeiro, no dia 17 de setembro de 1860, filho de João Gustavo de Frontin e de Hipólita Laureça Eulália de Villan.

Estudou nos Colégios São Luís e José Ferreira da Paixão, em Petrópolis, e Pinheiro e Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, concluindo neste último os preparatórios. Em 1874 ingressou na Escola Politécnica e em 1879 formou-se em engenharia civil e geográfica. No ano seguinte obteve mais dois títulos pela mesma instituição: o de engenheiro de minas e o de bacharel em ciências físicas e matemáticas. Ainda em 1880 tornou-se professor substituto do curso de engenharia civil da Escola Politécnica e do Colégio Pedro II. Em 1882, conquistaria o título de doutor em engenharia civil e de minas. Também na década de 1880, fundou com amigos, na Politécnica, um clube abolicionista.

Seu primeiro cargo público foi o de engenheiro residente do Reservatório de Franca, na Inspetoria de Águas e Obras Públicas, entre 1880 e 1884. Amante confesso do hipismo, criou em 1885 a Sociedade Desportiva Derby Club, da qual se tornaria presidente perpétuo. Entre 1886 e 1887 trabalhou no sertão da Bahia em projetos de canalização de água. Sua projeção nacional ocorreu em março de 1889, com as obras realizadas para contornar o problema de abastecimento d'água na cidade do Rio de Janeiro. O episódio ficou conhecido como "Água em Seis Dias", em virtude do tempo gasto na operação.

Em 1890, tornou-se catedrático do curso de ciências físicas e matemáticas da Escola Politécnica. Em parceria com Carlos Sampaio, nesse mesmo ano fundou a Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil, responsável por importantes obras de construção de trechos ferroviários no país e uma das primeiras imobiliárias a atuar na cidade do Rio de Janeiro. Em 1896, fez parte da comissão encarregada de avaliar planos e projetos de saneamento para o Rio de Janeiro, presidida por Manuel Vitorino Pereira, então vice-presidente da República. Nesse ano e no seguinte dirigiu também a Estrada de Ferro Central do Brasil. Mais adiante, nas obras de reforma urbana realizadas na cidade do Rio de Janeiro na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), foi nomeado, em 1903, chefe da Comissão Construtora da Avenida Central, atual avenida Rio Branco. Também em 1903

elegeu-se presidente do Clube de Engenharia, cargo que ocuparia por três décadas, sendo agraciado pela instituição com o título de presidente perpétuo. Voltou a dirigir a Estrada de Ferro Central do Brasil entre 1910 e 1914, experiência que, somada à primeira, fez com que ampliasse sua rede de relações e acumulasse grande capital político.

De fato, paralelamente à intensa atividade profissional como engenheiro, empresário e professor, Paulo de Frontin desenvolveu uma importante trajetória política na cidade do Rio de Janeiro, transformando-se, em curto espaço de tempo, num dos principais próceres da política carioca. Sua ligação com a política foi formalizada com seu ingresso, em 1912, no Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), liderado pelo médico Augusto de Vasconcelos. A conquista do primeiro mandato parlamentar, no entanto, se daria mais adiante, em 1917, ano em que fundou a Aliança Republicana (AR). Na chefia do novo partido, que passou a ser uma das principais siglas da política carioca, Frontin garantiu uma cadeira no Senado pelo Distrito Federal, na vaga aberta por Sá Freire, destacando-se durante os trabalhos legislativos pela defesa do funcionalismo público. A conquista de um novo mandato veio nas eleições legislativas regulares, realizadas em março de 1918. Interrompeu porém sua permanência no Senado ao aceitar o convite feito pelo presidente Delfim Moreira (1918-1919) para assumir o cargo de prefeito do Distrito Federal, em substituição a Peregrino da Silva.

#### PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL

Em sua curta passagem pela prefeitura do Rio de Janeiro, entre 22 de janeiro e 26 de julho de 1919, Paulo de Frontin realizou um grande número de obras de (re)configuração do espaço urbano carioca: a duplicação e pavimentação da avenida Atlântica; a abertura da avenida Meridional (atual Delfim Moreira), a qual, dando continuidade à avenida Vieira Souto, ligou o canal da Lagoa (atual Jardim de Alá) à subida da avenida Niemeyer, que foi alargada; o prolongamento da avenida Beira Mar, e a abertura do túnel João Ricardo, ligando o Campo de Santana à Gamboa – obra realizada para desviar da área mais central da cidade o movimento de mercadorias em direção ao Cais do Porto. Essa intensa atividade lhe valeu as alcunhas de “Prefeito da Varinha de Condão,” “Hércules da Prefeitura” e “Prefeito da Densidade Máxima,” como era chamado pela imprensa favorável. Já entre os setores descontentes, dos quais o *Jornal do Brasil* serviu muitas vezes de porta-voz, sua

gestão foi com frequência classificada como desastrosa, e ele próprio foi acusado de sofrer de “megalomania” e de “proporcionar pão e circo ao povo”.

No plano fiscal, Frontin desenvolveu uma política que não contrariou os interesses ligados ao grande capital da cidade. Suspendeu a cobrança do imposto territorial e não se comprometeu com a arrecadação do imposto de exportação, criado na gestão de Amaro Cavalcanti. Paralelamente, buscou estabelecer alianças com influências políticas de diferentes freguesias, sobretudo do subúrbio e da zona rural, inaugurando a prática de visitas a essas localidades.

Em relação ao operariado da prefeitura, promulgou, em 1º de maio de 1919, o Decreto Lei nº 1.329, de sua autoria, concedendo aos operários municipais com mais de dez anos de serviço direitos e regalias conferidos apenas aos funcionários públicos do município. Com o dispositivo, passou a ser chamado por alguns de “Pai do Operariado”.

Sua ação à frente do Executivo municipal gerou na imprensa especulações sobre uma futura candidatura à presidência da República, além de um movimento em defesa da sua permanência no cargo no de governo de Epitácio Pessoa, que, eleito em abril de 1919, deveria tomar posse em 28 de julho seguinte. O movimento contou com o apoio do Partido Republicano Feminino e da União dos Operários Municipais, e recebeu adesão de variados setores da sociedade. Na ocasião foram organizados diretórios para o recolhimento de assinaturas a serem enviadas ao presidente eleito, mas nenhuma dessas iniciativas surtiu efeito. Note-se que, no pleito que conferiu a vitória a Epitácio Pessoa, Frontin apoiara a candidatura dissidente de Rui Barbosa.

#### DEPUTADO E SENADOR

Ao deixar a prefeitura, onde foi substituído por Milcíades Mário de Sá Freire, Frontin foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Tomou posse na Câmara em 9 de dezembro e no ano seguinte fez parte da Comissão de Instrução Pública, até encerrar o mandato, em 31 de dezembro.

O ano de 1921 marcou sua volta ao Senado, após a disputa pela cadeira na bancada carioca com o ex-ministro e ex-prefeito do Distrito Federal Amaro Cavalcanti. Em seu terceiro mandato na Câmara Alta, Frontin destacou-se na defesa do Conselho da Intendência Municipal do Distrito Federal, órgão Legislativo da cidade do Rio de Janeiro, alvo

constante de críticas por parte tanto da imprensa quanto de parlamentares de diferentes bancadas. Comprometido com a salvaguarda das prerrogativas e competências daquela Casa, apresentou projeto de lei nº 15, de 1921, modificando a forma de avaliação dos vetos do prefeito. De acordo com o projeto apresentado, o veto do prefeito só seria aprovado caso reunisse maioria dos votos dos senadores presentes na sessão que decidiria sobre a matéria. Propugnou também pelo desenvolvimento de uma ação conjunta do governo federal e da prefeitura do Distrito Federal na resolução do problema de escassez de moradias na cidade do Rio, sustentando durante a gestão de Carlos Sampaio (1920-1922) a necessidade de construção de prédios e habitações individuais e coletivas.

No mesmo período, entre 1921 e 1922, integrou a Comissão de Instrução Pública e tomou parte nos debates sobre a sucessão presidencial. Na convenção que lançara o nome de Artur Bernardes pelas forças situacionistas, a Aliança Republicana havia decidido dar apoio à candidatura oficial. Ao longo da campanha, porém, com a divulgação de cartas supostamente enviadas por Bernardes a Raul Soares contendo referências desrespeitosas aos militares, episódio que ficaria conhecido como as “cartas falsas”, Frontin passou a defender a liberdade de escolha dos aliancistas em relação às eleições. Derrotada sua proposta, rompeu com a Aliança que fundara. Em discurso na tribuna do Senado em 29 de dezembro de 1921, expôs os motivos de sua saída da organização e justificou seu apoio à chapa dissidente da Reação Republicana, formada por Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra. No quadriênio de Artur Bernardes (1922-1926), Frontin se manteve em posição de equidistância entre as forças governistas e as forças oposicionistas, o que não o impediu de combater o projeto de lei de imprensa produzido pelo governo com o objetivo de limitar a ação da oposição. Num célebre pronunciamento de oito horas seguidas, na sessão de 6 de dezembro de 1922, obstruiu a pauta de votação do projeto tratando de temas variados como a questão do orçamento da Marinha, o problema dos efetivos de terra, as consequências da Grande Guerra (1914-1918) na economia mundial, a política cambial brasileira e o problema das estradas de ferro no Brasil.

A despeito de seu afastamento das lides partidárias após rompimento com a Aliança Republicana, Frontin continuou participando de debates relativos à política do Distrito Federal. Nas discussões em torno do reconhecimento do candidato eleito para o Senado em 1924, ocasião em que disputavam a vaga Irineu Machado e Mendes Tavares, este último,

líder autonomista apoiado pelo governo federal e vitorioso no processo, defendeu a eleição de Irineu Machado, cujo destino foi a “degola” devido à sua participação na Reação Republicana.

No quadriênio seguinte, de Washington Luís (1926-1930), Frontin ocupou a tribuna do Senado para defender a política de estabilização da moeda levada a cabo pelo governo como forma de conter a espiral inflacionária. Nas eleições federais de 1930, selou a aproximação ensaiada com o governo, apoiando a chapa Júlio Prestes e Vital Soares para a presidência e vice-presidência da República. Contando com a força do situacionismo e com o prestígio de seu nome, disputou com José Joaquim Seabra a reeleição para o Senado na representação do Distrito Federal. Apesar de ter saído vitorioso no pleito e no processo de reconhecimento, já eram claros os sinais de erosão do seu poder na política local. A candidatura Seabra conquistara o apoio da maioria dos intendentes do Conselho Municipal, do eleitorado independente da cidade e de políticos como Adolfo Bergamini, Maurício de Lacerda, Sales Filho, Cândido Pessoa, Leitão da Cunha, Barthlet James e Dormund Martins, além de Irineu Machado.

Deflagrado o movimento revolucionário em 3 de outubro de 1930, Frontin fez seu último discurso no Senado, defendendo a manutenção da ordem e condenando a revolução. Sua posição na ocasião e as críticas posteriormente feitas ao movimento que pôs fim ao modelo político vigente na Primeira República comprometeram sua influência política no novo governo. Pedro Ernesto, nomeado por Getúlio Vargas interventor no Distrito Federal, chegou a convidá-lo para participar da elaboração do orçamento da prefeitura nos primeiros momentos do governo provisório. Logo em seguida, porém, retiraria o convite. Frontin receberia ainda um ofício determinando sua exoneração dos quadros de professores catedráticos da Politécnica que, embora não tenha se consumado, o impediu de reger turmas a partir de então.

Afastado da atividade política, destituído de seu mandato parlamentar com o fechamento do Congresso, em entrevista concedida à imprensa carioca Frontin reafirmaria sua postura de defesa da autonomia político-administrativa do Distrito Federal, feita ao longo de toda a sua trajetória política, e seu desacordo em relação à ideia de transferência da capital, por considerá-la dispendiosa e, principalmente, prejudicial aos negócios da cidade. Em seus últimos meses de vida, já doente, experimentou o ostracismo imposto pelo novo governo.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em sua casa, na rua das Laranjeiras, no dia 15 de fevereiro de 1933.

Casado com Maria de Toledo Dodsworth, filha dos barões de Javari, teve três filhos: Maria Elisa, que se casou com Álvaro Werneck, Henrique Paulo e Maria da Glória, que se casou com Moniz Freire. Seu sobrinho Henrique Dodsworth seguiria a carreira política e seria também prefeito do Distrito Federal (1937-1945).

Publicou *O carvão nacional* (1920); *Homenagem de confraternização à França heróica e ao seu preclaro representante no Brasil, o Sr. Ministro Paul Claudel* (discurso); *Discursos pronunciados pelos srs. senadores Paulo de Frontin e Celso Bayma*; *Mecânica aplicada. Mecânica física. Cinemática aplicada. Programa da cadeira de máquinas da Escola Politécnica – 1892-1894*; *Discurso pronunciado na sessão de 27 de dezembro de 1919 na Câmara dos Deputados*. Em 2003 foi publicado o volume *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*, com organização de Américo Freire. A seu respeito, foram publicados os títulos *Paulo de Frontin, sua vida e sua obra*, de Raimundo Ataíde (1961) e *Presença de Paulo de Frontin*, de Luís Dodsworth Martins (1966).

*Surama Conde Sá Pinto*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. PAULO DE FRONTIN; ATAYDE, R. *Paulo*; CÂM. DEP. *Anais* (1919-1920); FREIRE, A. *Paulo*; LIMA, J. *Figuras*; MARTINS, L. *Presença*; PINTO, S. *Elites*; REIS, J. *Rio de Janeiro* (v.3); SANTOS, N. *Esboço*; SENADO. *Anais* (1917-1930); VIEIRA, J. *Cadeia*.